

**O PROTAGONISMO DO OCIDENTE NO DEBATE DA ECONOMIA ANTIGA:  
A INFLUÊNCIA DE KARL MARX NA OBRA DE MAX WEBER.**

**ALEXANDRE GALVÃO CARVALHO\***

O mundo intelectual de Weber toma de Marx as questões que animam suas pesquisas e o objeto de estudo que eles definem: o capitalismo. Weber não limitou sua caracterização da modernidade ao modo de organização das trocas e relações socioeconômicas, mas na sua problemática ampliada do racionalismo ocidental (que se manifesta igualmente no funcionamento da economia, nas instituições jurídicas e políticas e nas ciências e formas de arte), a influência de Marx está presente. A racionalidade que Weber confere às sociedades ocidentais contemporâneas está estreitamente ligada à coisificação de todos os aspectos da vida social. Portanto, entre a racionalização de Weber e a alienação de Marx, a distância não é grande, pois nos dois casos, o que está em jogo é a autonomização dos campos construídos pelas práticas humanas, no qual Marx privilegiava a divisão do trabalho, sob a autoridade do mercado, e Weber, a racionalização da relação do homem com as diferentes esferas de ação, no qual cada esfera desenvolve uma lógica de funcionamento que lhe é própria (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995: 45-49).

Karl Marx e Max Weber qualificam o saber que pretendem praticar da forma bem parecida: uma ciência real, para Marx; e uma ciência da realidade, para Weber. Como um dos pioneiros na concepção do que era específico do mundo moderno, Marx, em seu debate com os jovens hegelianos, foi levado a precisar os princípios de um novo questionamento histórico. Marx defendia um abandono deliberado de toda a questão de sentido nas metamorfoses do ser-no-mundo do homem, pois para ele a história trata de indivíduos reais, de sua ação e de suas condições materiais de vida, tais como são encontradas ou produzidas pelas ações dos homens. A realidade se apresenta já estruturada pelas categorias que orientam desde o início o caminho da investigação. As noções de forças produtivas, relações sociais, estruturas políticas e representações dão a essa realidade uma estrutura hierarquizada fixada pela ordem das determinações causais. Weber é devedor de Marx pela ruptura com a interpretação idealista dos fenômenos históricos. A sociologia weberiana devia a Marx o estabelecimento um saber profano: saber das conexões causais ligadas por práticas, estruturas

---

\* Professor Titular do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense.

e formas de representações. Dessa forma, a oposição entre o monismo econômico e o pluralismo causal weberiano, tão exaltado pelos comentadores, aparece como uma divergência secundária, quando se toma um projeto comum de compreensão da história que tem como centro de interesse a atividade social dos homens (COLLIOT-THÉLÈNE, 1995: 51-64).

Nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* [Elementos fundamentais para a crítica da economia política], escrito entre outubro de 1857 e maio de 1858, mas somente publicados em 1939 e 1941, em Moscou, Marx, na *Introdução a uma crítica da economia política*, ao delimitar seu objeto, a produção material, diferente de Adam Smith e Ricardo, afirma que sua preocupação é a produção dos indivíduos socialmente determinada. Em seu modelo das relações de produção de formações pré-capitalistas, no capítulo dos *Grundrisse*, intitulado *Formações Econômicas pré-capitalistas*, Marx parte do pressuposto de que as sociedades pré-capitalistas diferem das sociedades capitalistas porque naquelas o indivíduo se relaciona com as condições objetivas de seu trabalho como sua propriedade, configurando uma unidade natural do trabalho com seus pressupostos objetivos. Tal unidade é vista por Marx como uma relação espontânea – natural - e sua dissolução, que só é completada no capitalismo, é um processo histórico, no qual há uma transformação das relações do indivíduo com a comunidade, uma individualização, sendo a troca um dos agentes dessa individualização.

A propriedade, neste contexto, originalmente significa o comportamento do ser humano em relação às suas condições naturais de produção como pertencentes a ele, como condições pressupostas com a sua própria existência. O ser humano se relaciona com as condições naturais de produção de duas formas: primeiro como membro de uma comunidade, que em sua forma original é um sistema tribal e segundo por seu comportamento em relação à terra, mediado pela comunidade, como propriedade comunitária sua e como posse individual. A propriedade significa, portanto, pertencer a uma comunidade, com existência subjetiva e objetiva dentro dela (MARX, 2011: 651). A propriedade é o comportamento do indivíduo (que se reproduz) que trabalha (que produz) em relação às condições de sua produção ou reprodução como condições que são suas. Por isso a propriedade terá formas distintas, segundo as condições dessa produção, em um modo de produção determinado. Nas distintas formas de propriedade nas sociedades pré-capitalistas, a finalidade do trabalho não é a criação de valor, mas a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como da

comunidade como um todo. Estas formas, advindas das sociedades tribais, são definidas por Marx como asiática, eslava, antiga e germânica. Investiguemos mais de perto as formas asiáticas e antigas.

Na forma oriental, a propriedade só existe como propriedade comunitária, o membro individual enquanto tal é somente *possuidor*, hereditário ou não, de uma parte particular como membro imediato da comunidade. Existe só comunidade coletiva, e só posse privada, sendo modificada historicamente de forma muito desigual, dependendo se o trabalho é realizado isoladamente pelo possuidor privado ou determinado pela comunidade ou pela unidade pairando acima da comunidade particular, que se situa acima de todas essas pequenas comunidades, que aparece como o proprietário supremo ou o único proprietário, sendo o déspota o proprietário real e o pressuposto real da propriedade comunitária. Com isso, o produto excedente pertence à coletividade, extraído por meio do tributo ou no trabalho coletivo para a glorificação da unidade, em parte do déspota real, em parte do ente imaginário do clã, do deus determinado legalmente em razão da apropriação real pelo trabalho (MARX, 2011: 628-630).

Na segunda forma de propriedade, relacionada com as sociedades greco-romanas, o solo é ocupado pela comunidade, é solo romano (Marx se voltou prioritariamente para a sociedade romana); uma parte continua sendo da comunidade, outra parte é repartida e cada parcela do solo é romana pelo fato de ser a propriedade privada, o domínio de um cidadão, a cota que lhe pertence. Ser membro da comunidade continua sendo aqui pressuposto para a apropriação de terras, mas, como membro da comunidade, o indivíduo singular é proprietário privado. Como a comunidade (Estado) é aqui o pressuposto da propriedade da terra – i.e., da relação do sujeito trabalhador com os pressupostos naturais do trabalho como pertencentes a ele –, esse pertencimento, no entanto, é mediado pelo seu ser como membro do Estado (MARX, 2011: 635-636).

Segundo Marx, a história da antiguidade clássica é a história das cidades fundadas na propriedade da terra e na agricultura, é a sede já constituída das pessoas do campo. O campo aparece como território da cidade e a guerra constitui a grande tarefa conjunta e a comunidade, composta de famílias, organiza-se de início como comunidade guerreira, sendo essa uma das condições de sua existência como proprietária, concentrada na cidade. A propriedade comunitária – como propriedade do Estado, *ager publicus* – é separada aqui da propriedade privada. Nas formações asiáticas propriamente ditas há uma espécie de unidade

indiferente de cidade e campo, e as cidades formaram-se, ao lado desses povoados, apenas em pontos especialmente favoráveis ao comércio exterior; ou onde o chefe de Estado e seus sátrapas trocavam sua renda (produto excedente) por trabalho (MARX, 2011: 631-633).

Além disso, as formações greco-romanas caracterizam-se pela preservação da igualdade entre seus camponeses autossuficientes livres e o trabalho próprio como condição da continuidade de sua propriedade. A aquisição de riqueza não é o objetivo central dos indivíduos, mas a autoconservação, sua própria reprodução como membro da comunidade, como proprietário do lote de terra e, nessa qualidade, como um membro da *comunai*, como camponeses autossuficientes, cujo tempo excedente pertence justamente à comuna, ao serviço militar.

Tanto no Ocidente como no Oriente a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica, contudo a forma asiática se mantém com mais tenacidade, resistindo mais as mudanças históricas em virtude da unidade entre agricultura e manufatura e pela ausência de autonomia do indivíduo em relação à comunidade. No Ocidente, onde já existe a separação entre os membros da comunidade como proprietários privados de si mesmos como comunidade urbana e proprietários de território urbano, já estão dadas as condições pelas quais o indivíduo singular pode *perder* sua propriedade, *i.e.*, a relação dupla que o torna cidadão igual aos demais, membro da comunidade, e que o torna *proprietário*. Na forma oriental, essa *perda* dificilmente é possível, exceto por influências completamente externas, uma vez que o membro singular da comunidade jamais entra em uma relação livre com ela, e pela qual ele possa perder seu vínculo (objetivo, econômico com a comunidade). Ele é enraizado. Por outro lado, isso depende também da associação entre manufatura e agricultura, entre cidade (o povoado) e campo. Entre os antigos, principalmente os romanos, a manufatura já aparece como corrupção (negócio de libertos, *clientes*, estrangeiros) etc. Esse desenvolvimento do trabalho produtivo, que necessariamente resulta do intercâmbio com estrangeiros, escravos, do desejo de trocar o produto excedente etc., dissolve o modo de produção sobre o qual a comunidade se baseia (MARX, 2011: 655-656).

A unidade entre a comunidade e a propriedade ou o comportamento em relação às condições objetivas da produção como existência natural tem sua realidade viva em um *modo de produção* determinado, que se traduz como comportamento dos indivíduos uns em relação aos outros, ou como seu comportamento determinado em relação à natureza inorgânica. O conceito de modo de produção é uma articulação historicamente dada das forças produtivas e



as relações de produção que lhes correspondem. Muitos dos equívocos e confusões das interpretações acerca do conceito marxiano de modo de produção advêm da leitura do *Prefácio à contribuição à crítica da Economia Política*, escrito em 1859, e publicado no mesmo ano, no qual Marx designa na formação econômica da sociedade o modo de produção asiático, o antigo, o feudal e o moderno burguês, sendo este a última forma antagônica do processo social de produção (MARX, 1977: 302). Este texto, amplamente difundido, contribuiu para o entendimento equivocado de um evolucionismo linear do desenvolvimento dos modos de produção ao longo da história.

Marx busca estabelecer em sua análise das sociedades pré-capitalistas as condições necessárias para a emergência do capital como relação social determinante em um modo de produção determinado. Marx não busca no passado as causas e efeitos inexoráveis para reconstruir uma história linear, mas compreender retroativamente os processos de mudança social que permitiram o presente surgir do modo como se apresenta (TURATTI, 2011: 80). O evolucionismo marxiano parte da sociedade burguesa para entender a economia antiga. Sua famosa frase: “a anatomia do homem explica a anatomia do macaco” remete a ideia de que só se pode entender a economia antiga, quando a economia da sociedade burguesa, antagônica e mais desenvolvida que as anteriores, for completamente entendida, pois as categorias que aparecem na sociedade burguesa, trabalho e dinheiro, por exemplo, aparecem de forma incompleta em sociedades precedentes. Marx parte do exame da essência da sociedade capitalista para extrair alguns conceitos metodológicos fundamentais: correspondência entre forças produtivas e relações de produção no modo de produção; relação entre o trabalhador e condições de seu trabalho; a distinção entre relações de propriedade e apropriação; distinção entre valor de uso e valor de troca. Seu método, portanto, é partir do concreto (o capital) para formular suas abstrações (os conceitos metodológicos gerais), em seguida, retornar ao concreto, às formações pré-capitalistas, buscando nelas os modos de existência das categorias que o capital lhe forneceu (SOFRI, 1977: 38).

A existência de um trabalho livre, transformado em mercadoria, pronto para ser trocado por dinheiro para se reproduzir, é um pressuposto histórico fundamental da sociedade capitalista. Para que isso aconteça, é necessário que tenha se dissolvido toda uma série de formas econômicas em que o trabalhador não esteja separado das condições objetivas de produção. Estas condições de não separação se encontram em todas as formações econômicas pré-capitalistas. Eis um traço fundamental da separação entre as sociedades capitalistas e pré-

capitalistas. A partir da unidade original do indivíduo com as condições objetivas de produção, Marx analisa como essas se transformam, sem que se sucedam necessariamente umas às outras, sem guardarem entre si nexos causais absolutos, mas evoluindo desta “unidade original” a partir de condições específicas relacionadas com o território ocupado, as distintas formas da divisão do trabalho e as variadas formas de propriedade, da intensidade das trocas e produção de excedentes, buscando compreender quais são os processos responsáveis pelo afastamento dos homens do controle das condições objetivas de produção, a partir dos elementos históricos das formações pré-capitalistas (TURATTI, 2011: 82-89). É um evolucionismo complexo e de caráter multilinear. Se a história de todos os povos passou, necessariamente, por quatro fases, cada uma delas surgindo e desenvolvendo-se no interior de cada uma delas, isto não quer dizer que as épocas tenham se sucedido cronologicamente, mas sim que as estruturas mantêm entre si uma relação de maior ou menor proximidade ao capital.

Portanto, de acordo com Marx, no mundo antigo não era possível se encontrar uma economia unificada em torno do capital, pois o mundo pré-capitalista se caracterizava por desenvolvimentos limitados e locais, múltiplos, paralelos e extremamente diversos. Apesar do capital realizar momentos de unificação, como nas economias dos povos comerciais, estes apareciam como entidades separadas do resto das comunidades, já que viviam nos poros, interstícios do mundo antigo. A economia agrária dos povos clássicos e a mercantil dos povos comerciais, fenícios e cartagineses, apareciam justapostas, separadas e não como partes de uma mesma economia integrada. Mesmo limitados, o processo de circulação de bens e o surgimento do valor de troca podem modificar a produção, com uma ação desagregadora, mas na antiguidade Clássica, isto ocorre sem que cheguem a provocar a derrubada das relações econômicas predominantes. Nas sociedades greco-romanas, mas não nas asiáticas, o processo de troca, apesar de separado da produção, tem efeitos parciais sobre a própria produção, cedendo lugar a conjunção parcial entre valor de troca e valor de uso, pois este aparece no início e no fim do processo: o dinheiro é um mediador da troca de produtos. Assim, o capital comercial aparece como um mediador entre extremos que ele não domina e entre pressupostos que não cria (CARDOSO, 2011: 33-36).

Mesmo com a separação do trabalho artesanal e comercial da agricultura, a Antiguidade Clássica, mesmo que de forma embrionária, era mais dinâmica que o mundo asiático, mais próximo da “comunidade primitiva”, mais “estático”, contudo, o capital, o valor de troca e as mercadorias nunca conseguiram integrar a economia do mundo greco-romano.

Daí o caráter limitado do poder de dissolução das trocas sobre a economia das comunidades antigas, que, em última instância, dependiam da estrutura interna dessas comunidades (CARDOSO, 2011: 37).

A influência de Marx sobre a historiografia alemã voltada para a economia antiga e sobre alguns autores paradigmáticos do debate da economia antiga no século XX é mais clara entre os primitivistas, e, posteriormente, entre os substantivistas, que ressaltam as diferenças de natureza econômica entre o mundo antigo e o moderno, presentes em toda a análise de Marx, que localiza o capitalismo no bojo de transformações históricas originária do mundo moderno.

Não vamos iremos aqui tentar uma comparação em grande escala entre Marx e Weber sobre a antiguidade; a natureza esboçada do conhecimento empírico de Marx sobre a antiguidade e o caráter não sistemático de seus escritos tornaria esta comparação desequilibrada e artificial. Para Weber, a questão mais central é, indubitavelmente, a singularidade do Ocidente moderno, mas, diferente de Marx, sua esquematização de estruturas socioeconômicas comparativas não impede a possibilidade de formas de capitalismo anteriores à forma burguesa que emergiu depois da Renascença. Daí a importância da distinção de Weber entre capitalismo racional e de mercado e capitalismo politicamente orientado. Considerando que o capitalismo politicamente orientado é definido como a exploração das oportunidades de lucro que surgem a partir do exercício do poder político, o capitalismo de mercado, para Weber, é mais economicamente racional e centrado nas oportunidades formalmente pacíficas do mercado. Por esta razão, a possibilidade de designar a estrutura socioeconômica da antiguidade como ‘capitalista’ no sentido de capitalismo político – ainda que, os aspectos do capitalismo de mercado possam também ser relevantes.

Max Weber (1864-1920) iniciou sua carreira acadêmica desenvolvendo trabalhos de História Antiga. Mommsen o considerava como seu sucessor e o primeiro trabalho sobre o mundo antigo de Weber, *Die römische Agrargeschichte* (História Agrária Romana), de 1891, foi muito bem recebido pelos historiadores. Ao mesmo tempo em que obtinha o respeito dos historiadores, Weber ocupava a cadeira de economia política em Heidelberg, no lugar de Karl Knies. Weber começa seu trabalho sobre história econômica da antiguidade com um conceito essencialmente pouco claro de capitalismo. Este trabalho, escrito em um momento em que Weber estava estreitamente associado a Mommsen, tanto por ligações sociais, como por meio

de uma série de trocas intelectuais, nos mostra que ele tinha assumido a compreensão convencional concernente à natureza do capitalismo moderno e anacronicamente projetou suas formas no passado para as condições da sociedade antiga. Weber está interessado em descobrir precisamente como instituições legais antigas vieram a reconhecer uma concepção de propriedade notavelmente próxima à nossa, a propriedade privada, que só se concretizou com o pleno desenvolvimento do imperialismo romano e as oportunidades econômicas que se abriram com a enorme expansão do chamado *ager publicus*. A propriedade fundiária em geral foi tratada como objeto de interesse econômico especulativo e, na visão de Weber, como um estrato capitalista emergente. O efeito completo de tudo isso foi a de permitir uma espécie de capitalismo agrário de enorme extensão no qual interesses capitalistas rapidamente vieram a dominar a vida econômica e os assuntos sociais em geral. Weber está mais preocupado em descrever e analisar as dimensões especificamente agrárias desta primeira forma de capitalismo, no qual os patricios romanos como um todo, eram os capitalistas em um sentido adequado do termo. Ele fala também de ‘métodos capitalistas’, ‘um *ethos* capitalista’, e ainda, ocasionalmente, ‘uma economia capitalista’. (LOVE, 1991: 14-16). Apesar da divergência com a perspectiva de Marx, que não vê capitalismo no mundo antigo e, portanto, a impossibilidade de desenvolvimento do capital, Sergio da Mata (2013) percebe neste trabalho uma dívida de Weber com a análise de Marx sobre a acumulação primitiva do capital na Inglaterra, no qual Weber tentava antever as tendências gerais do processo na Alemanha e propor políticas públicas para enfrentar o problema.

Marx descreve também as primeiras formas da cidade-estado como possuindo as características essenciais de uma comuna. Marx vê uma gama de características desejáveis nesta forma de sociedade - valores como fraternidade, igualdade, democracia direta, trabalho cooperativo, harmonia com a natureza. Weber, como Marx, enfatiza a natureza coletiva da propriedade da terra e fala longamente sobre a participação comunitária. No entanto, ao contrário de Marx, Weber, de forma alguma, idealiza estes primeiros arranjos sociais. Na verdade, ele vê esse período como afetado em um grau significativo por obrigações do tipo feudal, e observa como já nesse estágio existia considerável diferenciação social interna acarretando conflito e dominação: patricios versus plebeus, por exemplo.

Weber conhecia bem os argumentos dos protagonistas do debate do *oikos* e apresentou sua primeira contribuição ao debate em 1895, proferindo a conferência intitulada *Die sozialen*



*Gründe des Untergangs der antiken Kultur* (As causas sociais do declínio da cultura antiga), publicada em 1896.

A leitura deste texto nos permite perceber como Weber se posiciona, neste momento, em relação ao debate Bücher e Meyer e sua mudança em relação em seu ao seu primeiro trabalho sobre a Antiguidade. Weber demonstra simpatia pelo primitivismo, mas não compartilha da opinião de que o *oikos* dominou toda a Antiguidade. Em uma postura próxima do historicismo, ele afirma, logo no início do texto, que “pouco ou nada podemos aprender na História da Antiguidade que sirva para os problemas sociais de hoje” (WEBER, 2004: 39). O declínio da cultura antiga tinha somente um interesse histórico. Por isso, deviam-se tornar claras as peculiaridades da estrutura social da Antiguidade.

Weber afirmou que a cultura antiga era, essencialmente, urbana. A cidade antiga trocava produtos da indústria urbana com os frutos da estreita orla agrícola circundante. Uma troca direta entre produtores e consumidores, sem necessidade de importação do exterior. O comércio internacional não afetava o ideal autárquico da cidade antiga, pois estava reduzido a artigos de grande valor – os objetos de luxo - com altos custos de transporte, interessando somente a uma fina camada constituída de possuidores. Diante de tal quadro, Weber (2004: 40) afirma: “um comércio deste tipo não se pode comparar em nada com o moderno”. Eis um contraponto eloquente à perspectiva modernista.

Além de urbana, a cultura antiga era escravista, caracterizada por uma progressiva acumulação de homens, adquiridos a um baixo preço, derivado do caráter incessante das guerras da Antiguidade. Isso impediu o progresso técnico da cultura antiga e concentrou nas mãos dos proprietários de escravos a produção de um excedente, produzido pelo trabalho escravo, para a venda no mercado, além da produção interna para o provimento do próprio *oikos*. Weber assim descreve a relação entre o comércio internacional e o trabalho escravo desenvolvido no *oikos*:

*[...] insere-se sob a superestrutura comercial uma infra-estrutura em constante expansão, dedicada ao consumo não comercial: os conjuntos de escravos que absorviam sem cessar os homens, cujas necessidades não se satisfaziam comprando no mercado, mas no interior do próprio domínio econômico. Quanto mais progredia o repertório de necessidades das camadas superiores, dos proprietários de homens, e com ela a evolução extensiva do tráfico, tanto mais perdia o comércio em intensidade, tanto mais se desenvolvia numa fina rede que se estendia sobre um*

*fundo de economia natural, cujas malhas se fechavam e se aperfeiçoavam, na medida em que seus fios se tornavam cada vez mais finos (WEBER, 2004: 42).*

Eis como Weber percebeu a contradição da economia antiga. O crescimento do quartel de escravos, e a escala crescente de produção para o mercado, motivado pelas necessidades das camadas superiores não fomentou o desenvolvimento do domínio local da economia urbana com base na produção de encomendas para clientes e do comércio local, tal como se deu na Idade Média. No momento em que as guerras de conquista cessaram, e, conseqüentemente, o fluxo de mão de obra escrava, o sistema entrou em colapso, pois o mercado da cidade, alimentado pela produção escravista, e não pela mão de obra livre, perdeu seu elo com as grandes propriedades, não havendo mais a troca de gêneros e de trabalho com o campo circundante. O resultado disso foi o crescimento da economia natural, com o escravo, como vassalo no seio da família independente, fora do *oikos*, possibilitando ao senhor manter sua provisão de força de trabalho, sem a necessidade de conservação da mão de obra escrava. Uma transformação nas camadas mais inferiores da sociedade, pois a família e a propriedade pessoal lhes são restituídas (WEBER, 2004: 48). Assim, a queda do Império romano é a consequência política do desaparecimento gradual do comércio e do conseguinte crescimento da economia natural. O fim de uma superestrutura política de um regime de economia monetária, que não mais se ajustava à infra-estrutura econômica, dominado agora por um regime de economia natural.

Neste ensaio, sua abordagem está próxima do marxismo, especialmente na medida em que Weber atribui importância causal decisiva para a infraestrutura econômica. Acerca do impacto econômico da escravidão, Weber faz um empréstimo mais inventivo de oposição base/superestrutura de Marx. Em relação à explicação da ascensão e queda da civilização Romana, a semelhança de certas teses de Marx é surpreendente. Assim, é difícil evitar a conclusão de que, nesse ensaio, o modo de explicação de Weber é quase indistinguível daquele do assim chamado materialismo histórico. A partir da exegese acima, está claro que Weber coloca uma enorme importância em um único fator material: ou seja, uma oferta adequada dos escravos baratos como a base de civilização antiga. Todos os outros elementos na descrição - a crescente ineficácia do exército, a burocratização do estado imperial tardio, a mudança de vida cultural das cidades para o campo - parecem ganhar a sua gravidade específica da sua ligação com o fator da escravidão. Mas, apesar da semelhança superficial ao

determinismo econômico, Weber utiliza perspectivas que, de fato, vão além de uma abordagem monocausal, pois, ele fornece um modelo completamente diferente da base socioeconômica da antiga sociedade do que aquela de Marx. Apesar da tendência de algumas de suas afirmações, a abordagem de Weber não se concentra exclusivamente na economia. Na verdade, ele analisa uma vasta gama de fenômenos, como as pré-condições política e militar da escravidão, a estrutura da vida urbana, as lutas dos ricos e pobres sobre propriedade latifundiária, a natureza do *oikos* e as formas da família, a formação de um setor de mercado na intersecção das esferas urbana e rural, o comércio internacional a base de artigos de luxo, e outros aspectos também. De fato, o que é impressionante sobre o ensaio de Weber, o que se destaca apesar de suas tendências reducionistas, é a rica e variada série de tipos ideais - economia urbana, economia de *oikos*, economia na cidade medieval, exército feudal, a cidade-estado, a cidade costeira comércio, economia de *plantation*, economia natural e assim por diante - e a forma hábil que as muitas relações, transições e ligações causais são explicadas. Assim, à medida que os seus modelos e teorias, na realidade, envolvem explicações e descrições em termos de diversos dados sociais e políticos, além daqueles de natureza econômica, por conseguinte, a prática de Weber desmente a sua alegação meta-histórica de ter demonstrado a causa *econômica* do colapso da civilização antiga (LOVE, 1991: 22-25).

Em *Agrarverhältnisse im Altertum*, inicialmente escrito em 1897, reescrito no ano seguinte e, finalmente, publicado em 1908, traduzido para o inglês, em 1909, sob o título de *The agrarian sociology of ancient civilizations*, após seu colapso nervoso, Weber apresenta um panorama geral das quatro grandes civilizações do mundo antigo. Aqui, Weber cede às críticas dos historiadores modernistas ao limitar a importância do *oikos* na economia do mundo antigo e ao seccionar a Antiguidade em zonas socioeconômicas e culturais distintas, em civilizações, em que cada uma passou por formas específicas de desenvolvimento. Finalmente, Weber dá um passo além dos primitivistas, ao separar a *pólis* clássica da economia do *oikos*, associando o declínio do *oikos* ao desenvolvimento da *pólis* e, posteriormente, ao capitalismo. O *oikos* tem um papel de destaque na Grécia, nos estágios iniciais, no Oriente Próximo e, no final da Antiguidade, no Império Romano. A importância do *oikos* está associada à realeza no Ocidente e Oriente, sendo, no entanto, interrompida no Ocidente com o surgimento da *pólis* aristocrática e a abolição da realeza. A historicidade desses estágios históricos dissolve os conceitos unitários elaborados por Bücher, em que a

visão linear é substituída por uma visão cíclica, diferente daquela de Meyer, que relacionava períodos da Antiguidade com períodos da Idade Moderna de forma homóloga.

Weber aqui, já utilizava o *oikos* como um tipo ideal e procurava perceber em seus estudos históricos, as civilizações antigas que se aproximavam ou se distanciavam do seu modelo. Em *The agrarian sociology of ancient civilizations*, Weber aponta o desenvolvimento de um particularismo militar urbano da *pólis* grega como o principal elemento diferenciador das monarquias burocráticas do Oriente Próximo. Em contraste com o crescimento de um séquito real extremamente dependente do rei no Oriente, na Grécia assistiu-se a uma dominação dos séquitos reais e, conseqüentemente, ao desenvolvimento de um exército recrutado entre os pequenos fazendeiros rurais que podiam prover seu próprio equipamento militar. Esta particularidade levou ao enfraquecimento do poder real e à ausência de burocracias reais e de grandes Estados, traço marcante do desenvolvimento das monarquias orientais (WEBER, 1998: 157-158). A insistência em universalizar categorias como capitalismo, burocracia, feudalismo e mesmo “Ocidente” surge em *The agrarian sociology of ancient civilizations* pela comparação entre as *pólis* greco-romanas e as formações do Oriente Próximo. O capitalismo se tornou dominante no Ocidente, na medida em que o político assume um papel preponderante na análise das estruturas econômicas. O rompimento com a realeza no Ocidente, algo que não acontece no Oriente, abre caminho para o surgimento da *pólis* e do capitalismo. É só nas cidades-Estado que se desenvolvem novas formas de regra política, interação econômica, ou legitimação ideológica em entidades geopolíticas claramente diferenciadas. Portanto, a *pólis* é um elemento causal influente que afasta as sociedades gregas e romanas do modelo do *oikos*.

Weber também propõe uma série de estágios de desenvolvimento para o Oriente Próximo, cujos tipos – da fortaleza real aos Estados autoritários litúrgicos ou reinos burocráticos – são formas de organização política em que a burocracia estatal, ao mesmo tempo em que reprime o capitalismo, acentua e consolida o papel do *oikos* real, monopólio daquele que detém o poder político, ideológico e econômico e inclui o exército, a burocracia e o templo. Weber reemprega o *oikos*, diferente de Rodbertus e Bücher – que o definem como a principal instituição da civilização greco-romana – como predominante nas realezas burocráticas orientais e como um obstáculo ao surgimento da *pólis* e desenvolvimento do capitalismo e feudalismo. A mudança de foco é o papel institucional do Estado – as realezas



burocráticas – que determina o curso das transações econômicas em detrimento das forças mercantis.

Em algumas conferências, proferidas em 1909, ele teceu críticas à burocracia prussiana de forma muito parecida às críticas feitas em *The agrarian sociology of ancient civilizations* às sociedades do Antigo Oriente Próximo e mesmo à Roma imperial. A Grã-Bretanha, os Estados Unidos e a França forneciam, naquele momento, os pontos comparativos positivos. Apesar de criticar o ideal burocrático de vida, Weber preferia a burocratização da sociedade capitalista moderna à paz e segurança da burocracia total prometida pelo socialismo. É à burocracia prussiana e ao socialismo que Weber se volta na época de *The agrarian sociology of ancient civilizations*, e não às sociedades capitalistas modernas, consideradas por ele mais “arejadas” (NAFISSI, 2005: 122).

O dogmatismo de Weber aqui surge do seu desejo de reconciliar duas suposições sobre o capitalismo e a antiguidade que são, à primeira vista, contraditórias. Por um lado, ele quer se opor a visão (sustentada por Marx entre outros) de que o capitalismo é absolutamente único para o mundo moderno. Com essa proposta em mente, Weber começa a modelar uma definição suficientemente ampla do capitalismo (não baseada no contrato de trabalho) que permita a inclusão de certos tipos de atividade encontrada na antiguidade e em outros lugares. Então alega algumas ‘atividades capitalistas’, tais como aquelas envolvendo a exploração de escravos, porque a atividade lucrativa e o dinheiro eram indispensáveis lá. Por outro lado, Weber também está preocupado em explorar a diferença da economia antiga do capitalismo moderno; embora não segundo as mesmas linhas como as da esquematização marxista. Isso explica a qualificação de sua visão inicial (de que o capitalismo existiu na antiguidade) às vezes quase à visão oposta onde, como temos visto, parece ser somente a descrição de uma linha divisória de que a categoria de capitalismo é aplicável de algum modo. O equívoco conceitual de Weber, desse modo, se volta para seu desejo de superar as limitações tanto da abordagem primitivista com a da modernista; ele quer reconciliar os pontos de partida de historiadores como Mommsen e Meyer (ênfatisando o papel do capital e a adequabilidade de analogias modernas etc.) com aqueles de Rodbertus e Bücher (destacando-se a singularidade da antiguidade e a importância do *oikos*, autarquia urbana e *rentiership*). O resultado não é inteiramente satisfatório, e até se poderia dizer que a síntese empreendida de Weber é, às vezes, contraditória (LOVE, 1991: 32).

Entre 1911-1913, Weber escreveu um outro artigo no qual tece considerações sobre o mundo antigo intitulado *Die nichtlegitime herrschaft. Typologie der stadte* (A dominação não legítima. A tipologia das cidades), publicado em *Wirtschaft und Gesellschaft* (Economia e sociedade). Este trabalho tem como eixo comparativo não somente o Oriente e o Ocidente, mas, também, o capitalismo antigo e o moderno. A linha de continuidade entre *The agrarian sociology of ancient civilizations* e “A dominação não legítima. A tipologia das cidades” é o estudo dos fundamentos da cidade associados ao desenvolvimento também peculiar ao Ocidente. Contudo, neste livro, Weber deixa de ver as sociedades antigas sob uma perspectiva de um historiador da Antiguidade, passando a vê-las, prioritariamente, como elementos comparativos de referência para uma melhor compreensão de peculiaridades do capitalismo moderno, da sua emergência e de seu futuro. Por isso, nele encontramos elementos da Sociologia de Weber pouco desenvolvidos no primeiro livro, como dominação estamental, patriarcalismo, carisma, racionalidade e irracionalidade.

O fenômeno do capitalismo esteve no centro das preocupações da Sociologia econômica de Max Weber. A diversidade das causas e as distintas tendências típicas de orientação das atividades aquisitivas, que não cessavam de intervir no curso de seu desenvolvimento histórico, são os argumentos que o levaram a acreditar que não havia um capitalismo, mas capitalismos, daí não ser possível reduzi-lo a uma fórmula. Encontramo-nos diante do capitalismo quando em “uma economia de produção a satisfação das necessidades de um grupo humano se faz por intermédio da empresa, pouco importando a natureza das necessidades a satisfazer” (WEBER, apud FREUND, 1980: 127). Tais elementos constitutivos permitiram a Weber afirmar que houve embriões ou formas de capitalismo: ora aventureiro, ora mercantil, orientado para a guerra, para a política ou para a administração, na China, na Índia, na Babilônia, na Antiguidade Clássica e na Idade Média. Se àqueles traços, porém, forem acrescentados outros elementos constitutivos, por exemplo, a empresa capitalista racional, ou seja, aquela baseada no cálculo de capitais, associada às previsões de um mercado regular e à organização capitalista do trabalho (formalmente) livre, bem como uma distribuição de serviços orientada puramente pelos princípios da economia de troca, então estamos diante de um tipo particular de capitalismo: o capitalismo moderno ocidental. Em outras palavras, toda sociedade capitalista apresenta singularidades que não encontramos em outras sociedades do mesmo tipo.

Em *A dominação não legítima. A tipologia das cidades*, o autor enfatiza o papel da esfera política sobre o tipo de capitalismo dominante no mundo antigo. Diferentemente da racionalidade da produção capitalista, as possibilidades aquisitivas no mundo antigo direcionavam-se para “fornecimentos do Estado, para a expansão política e conquista de escravos, terras, tributos e privilégios para a aquisição de terras e empréstimos sobre estas, além do comércio e fornecimento nas cidades submetidas” (WEBER, 2004: 500). Assim, Weber procura demonstrar, particularmente em *A dominação não legítima. A tipologia das cidades*, que a forma de dominação política em que preponderavam os valores (*ethos*) de um estamento guerreiro criava obstáculos ao desenvolvimento das atividades econômicas racionais. Esta ideia não está ausente em *The agrarian sociology of ancient civilizations*, contudo, aqui, Weber procura acentuar o papel pioneiro da *pólis* na formação de um tipo de capitalismo em contraposição ao do Oriente, como um estágio de desenvolvimento histórico “avançado”, enquanto, em “A dominação não legítima. A tipologia das cidades”, o capitalismo representa um momento ainda embrionário em relação ao capitalismo moderno.

Apesar de rejeitar o marxismo como uma ideologia política, a influência de Marx nos trabalhos de Weber sobre a Antiguidade, em particular sobre a economia antiga, se encontra na base teórica de seus argumentos na definição do problema do desenvolvimento capitalista. Além disso, a ausência do desenvolvimento da propriedade privada e do capitalismo no Oriente antigo, vistos como uma especificidade do Ocidente, uma justificativa para o “atraso” do Oriente em relação ao Ocidente, é compartilhada por Marx e Weber, e, posteriormente, seguida por Polanyi e Finley, com argumentos diferenciados. Eis uma perspectiva dominante nos séculos XIX e XX, que procurava as origens da cultura europeia e ocidental nas sociedades greco-romanas, mas que atualmente vem sendo fortemente questionada por estudiosos, historiadores e antropólogos, que ressaltam aspectos comuns e interações, em detrimento das particularidades e isolamento do mundo clássico.

## **BIBLIOGRAFIA**

BÜCHER, K. **Études d'histoire et d'économie politique**. Bruxelas; Paris: Henri Lamertin Éditeur & Félix Alcan Éditeur, 1901.

CARDOSO, C. F. S. Marx e Engels: história e economia política. Aspectos gerais e considerações sobre um tema específico, relativo à antiguidade clássica: a circulação de mercadorias. In: CARVALHO, A.G. **A economia antiga: história e historiografia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

- CARVALHO, A.G. **A economia antiga: história e historiografia**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.
- FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Forense Universitária: Rio de Janeiro, 1980.
- LOVE, J. R. **Antiquity and Capitalism**. Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization. London; New York: Routledge, 1991.
- MARX, K. **A ideologia alemã**. Lisboa; São Paulo: Editorial Presença; Martins Fontes, 1965.
- \_\_\_\_\_. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. Prefacio à contribuição à critica da economia politica. In: MARX, K; ENGELS, F. **Karl Marx e Friedrich Engels**. Textos 3. São Paulo: Edições Sociais, 1977. p. 300-303.
- MATA, S. **A fascinação weberiana**. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2013.
- MEYER, E. **El historiador y la historia antigua**. Estudios sobre la teoría de la Historia y la Historia económica y política de la Antigüedad. México; Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 1955.
- NAFISSI, M. Class, *Embeddness*, and the modernity of Ancient Athens. *Comparative Studies in Society and History*, Volume 46, 02, 2004, p. 378-406.
- \_\_\_\_\_. **Ancient Athens & Modern Ideology**. Value, theory & evidence in historical sciences. Max Weber, Karl Polanyi & Moses Finley. London: Institute of classical studies, 2005.
- SOFRI, G. **O modo de produção asiático**. História de uma controvérsia marxista. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- THÉLENE-COLLIOT, C. **Max Weber e a história**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- TURATTI, M.C.M. **Antropologia, economia e marxismo**. São Paulo: Alameda, 2011.
- WEBER, M. As causas sociais do declínio da cultura antiga. In: COHN, G. (Org.). **Max Weber**. Sociologia. São Paulo: Ática, 1981. Col. Grandes cientistas sociais.
- \_\_\_\_\_. **The Agrarian sociology of ancient civilizations**. Tradução de FRANK, R. I. London; New York: Verso, 1998.
- \_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**: Fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa, 4ª edição, Brasília: UnB, 2004. 2v.